

Parecer nº 188/99

Data: 99.11.17

Processo nº 724

Requerente: Dr. Paulo Magalhães Dias, em representação de Fernanda Teixeira Nunes Bento e marido

1. O pedido

O Dr. Paulo Magalhães Dias vem, na qualidade de mandatário de Fernanda Teixeira Nunes Bento e marido, solicitar que a CADA emita parecer favorável em relação à existência de «interesse directo e pessoal» o qual “acompanhará requerimento a apresentar junto do Centro Regional de Segurança Social de Aveiro”.

Refere que os seus constituintes foram réus em processo julgado no Tribunal de Trabalho de Vila Nova de Gaia e, tendo sido condenados a pagar todas as retribuições contadas nos termos da alínea a) do artigo 13.º do DL 64-A/89, pretendem obter certidão do Centro Regional de Segurança Social comprovativa de que a autora Deolinda Santos Ferreira trabalhou e dos rendimentos de trabalho auferidos – desde Abril de 1997 – para a empresa Domingos Silva Carvalho, Lda .

A CADA solicitou ao Centro Regional de Segurança Social os seguintes esclarecimentos complementares:

- Se o CRSS de Aveiro detém informação sobre salários auferidos pela beneficiária Deolinda Ferreira;
- Qual o tipo de suporte (papel ou informatizado) em que se encontra registado e arquivada a informação.

A Sub-Região de Aveiro informou que em nome de Deolinda Ferreira "se encontram registadas remunerações na base de dados nacional, até Dezembro de 1993 e de Janeiro de 1994 em diante", na base de dados daquele organismo.

Acrescenta, ainda, que os citados registos «constam de suporte informático».

2 Decisão

A Lei n.º 65/93, de 26 de Agosto, na redacção introduzida pela Lei n.º 94/99, de 16 de Julho, estabelece - no seu artigo 7.º n.º 7 - que o acesso a documentos "referentes a dados pessoais com tratamento automatizado" se rege por legislação própria.

Efectivamente, a lei aplicável ao acesso a dados pessoais objecto de tratamento automatizado é a Lei 67/98, de 26 de Outubro. Caberá à Comissão Nacional de Protecção de Dados, nomeadamente, autorizar o tratamento de dados pessoais - na vertente comunicação de dados a terceiros (art. 23.º n.º 1 al. b) e 3.º n.º 1 al. b) da Lei 67/98) - e a sua "utilização de dados pessoais para finalidades não determinantes da recolha" (art. 23.º n.º 1 al. c).

Em face do exposto, remeta-se o pedido à Comissão Nacional de Protecção de Dados.

Informe-se o requerente.

Lisboa, 17 de Novembro de 1999

Amadeu Guerra (Relator) – José Magalhães – João Figueiredo – Vasco Almeida – Francisco de Brito – Renato Gonçalves – Branca Amaral – Castro Martins (Presidente)